



Obra de
nossa se
nhora das
candeias

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Regulamento Geral da Proteção de Dados

(Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho,
de 27 de abril de 2016)

RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

A **OBRA DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS**, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede no Porto estando ainda presente em Águeda, Pinhel e Olhão.

Fundada em 1958, tem como objetivos acolher, apoiar, educar e formar crianças e jovens de ambos os sexos em situação de perigo, de forma a possibilitar a sua integração plena na sociedade. No âmbito do apoio à família presta serviços educativos direcionados à formação e desenvolvimento das crianças e jovens.

A Obra alargou ainda a sua ação a outras situações de carência, nomeadamente no âmbito da deficiência ou incapacidade.

Nessa qualidade, tem a necessidade de recolher, aceder e tratar dados pessoais inerentes e relacionados com a sua atividade principal, o que implica que assuma neste caso a posição de Responsável pelo Tratamento com todas as obrigações e deveres inerentes.

OBRA DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS:

Morada da Sede: Rua Antero de Quental, nº 194, 4050-052 Porto

Telefone: 225 379 957 Fax: 220 105 407

E-mail: candeias.secretaria@gmail.com

Contactos do DPO: E-mail onsc.dpo@gmail.com

NATUREZA DA NOSSA ATIVIDADE

A nossa atividade exige que nos pautemos pelos mais rigorosos princípios éticos e legais, respeitando sempre a privacidade de todos aqueles cujos dados pessoais recolhemos e tratamos para desenvolver e prestar os nossos serviços, sejam eles dos nossos trabalhadores, clientes, parceiros, colaboradores entre outros.

Embora a nossa atividade principal não consista no tratamento direto de dados pessoais, este apresenta-se como acessório à nossa atividade e por isso prestamos a garantia do seu tratamento em conformidade com as obrigações decorrentes do RGPD.

OPERAÇÕES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais recolhidos junto dos nossos clientes, trabalhadores, colaboradores, parceiros e quaisquer outros, têm como única finalidade reunir as informações necessárias à prestação dos nossos serviços.

Os dados recolhidos têm como única finalidade a celebração de contratos e a respetiva prestação de serviços aos titulares dos dados e o desenvolvimento da nossa atividade, cumprindo as obrigações legais e contratuais inerentes à nossa atividade.

SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Todos os nossos colaboradores, internos e externos, têm o dever de confidencialidade e proteção da informação conforme prescreve o Regulamento Geral de Proteção de Dados, encontrando-se obrigados a guardar absoluto segredo sobre quaisquer informações ou conhecimentos de natureza técnica, institucional, pessoal, pedagógica ou outra, adquiridos, necessária ou involuntariamente, durante a relação laboral ou por causa desta, respeitantes à Obra de Nossa Senhora das Candeias ou a quaisquer outras pessoas, singulares ou coletivas, que com aquela se relacionem, nomeadamente, outros trabalhadores, clientes, familiares, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizados por escrito.

São expressamente proibidas quaisquer reproduções, cópias, modificações, comunicações públicas, distribuição ou qualquer outro tipo de cedência, gratuita ou onerosa, de quaisquer documentos, programas informáticos, publicações, informações contidas em bases de dados, ou qualquer outro material intelectual pertencente ou

relativo à Obra de Nossa Senhora das Candeias ou a qualquer terceiro que com esta se relacione, salvo se previamente autorizados por escrito.

SUBCONTRATANTES

A nossa preocupação com a garantia de sigilo e confidencialidade no tratamento dos dados pessoais abrange os nossos subcontratantes ou prestadores de serviços, aos quais exigimos as garantias suficientes de tratamento de dados em conformidade e obediência às regras de tratamento decorrentes do RGPD.

Com isto, asseguramos aos titulares dos dados pessoais a confiança no tratamento dos seus dados, sigilo e confidencialidade de acordo com todas as regras de tratamento de dados e a presente Política de Privacidade, bem como ordens, instruções e procedimentos internos de respeito pela privacidade do titular dos dados.

GARANTIAS DE TRATAMENTO DE DADOS

Pautamos toda a nossa atuação e estendemos aos terceiros e subcontratantes a mesma exigência, pelas seguintes regras de tratamento de dados:

- Os dados pessoais serão tratados em obediência ao regime legal de tratamento de dados, à presente Política de Privacidade e com a garantia de um tratamento legal, leal e transparente;
- Os dados recolhidos são meramente instrumentais à nossa atividade, destinando-se a prosseguir uma finalidade determinada, específica e legítima, não tendo um tratamento posterior incompatível com estas finalidades;
- Respeitamos o Princípio da Minimização dos dados, recolhendo apenas os dados considerados adequados, relevantes e necessários às finalidades da recolha e tratamento;
- Em obediência ao Princípio da Exatidão, manteremos os seus dados exatos e atualizados sempre que necessário, sendo adotadas e disponibilizadas ao seu titular todas as medidas necessárias a garantir a sua exatidão permanente e correção, nomeadamente o direito de retificação;
- Assumimos o Princípio da Preocupação da conservação dos seus dados de forma a que seja possível identificá-lo apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais os dados são tratados;

- Trataremos os seus dados de acordo com o Princípio da Segurança, protegendo os seus dados de um eventual tratamento ilegal e não autorizado, prevenindo eventuais perdas, a sua destruição ou dano imprevisto, adotando todas as medidas técnicas e organizativas adequadas a um tratamento de dados que garanta a segurança, integridade e confidencialidade dos dados;
- A nossa legitimidade para o tratamento de dados pessoais assenta no consentimento do seu titular, sempre que o mesmo seja a única causa de legitimidade; na necessidade de cumprir o contrato ou procedimentos pré-contratuais, na salvaguarda de interesses vitais do próprio ou de terceiro, bem como no cumprimento de obrigações legais ou ainda sempre que o tratamento seja necessário para efeito dos interesses legítimos da Instituição;
- Sempre que lhe seja solicitado consentimento para o tratamento de dados, prestaremos a informação necessária quanto às finalidades do tratamento e mantemo-nos fiéis a essas finalidades.

DIREITO À IMAGEM

A sua imagem estará sempre protegida, a qual apenas captaremos, utilizaremos ou divulgaremos mediante o seu prévio consentimento, ou do seu responsável legal, e sempre quando tal se justifique pela necessidade de facilitar o nosso trabalho, interesse pedagógico, divulgação dos nossos serviços, preservação de memória coletiva ou ainda para identificação por motivos de segurança ou facilitadores da comunicação.

Relativamente à imagem, o seu titular poderá, a qualquer momento, retirar o consentimento prestado para o futuro.

MEDIDAS DE SEGURANÇA

Utilizamos medidas de segurança, incluindo ferramentas de autenticação, para ajudar a proteger e manter a segurança, integridade e disponibilidade dos seus dados pessoais.

Tomamos as medidas necessárias para garantir o tratamento seguro dos dados pessoais em especial, medidas cautelares para proteger os dados pessoais contra perdas

ou abusos, e usamos procedimentos de segurança para evitar acessos não autorizados a esses dados pessoais.

Todos os dados pessoais que recolhermos são armazenados em servidores que oferecem garantias de segurança e submetemos os nossos sistemas e políticas de segurança a análises periódicas de forma a garantir que os dados estão seguros e protegidos.

Respeitamos também a confidencialidade da sua informação e não vendemos, distribuimos ou de qualquer outro modo disponibilizamos comercialmente a sua informação a qualquer terceiro pelo que assumimos o compromisso de manter a sua informação confidencial de acordo com a legislação aplicável.

DIREITOS DO TITULAR DE DADOS

Direito de Acesso aos Dados:

- Tem o direito de saber se os seus dados pessoais são ou não tratados;
- Tem o direito de aceder às seguintes informações que sejam tratadas sobre si:
 - Finalidades do tratamento;
 - Categorias dos dados pessoais tratados;
 - Se os dados não foram recolhidos junto de si, a origem dos dados se disponível;
 - Entidades que atuem em nome e por conta do responsável do tratamento;
 - Entidades terceiras a quem os dados sejam comunicados;
 - Prazo de conservação dos dados ou critérios usados para fixar o prazo;
 - Se os seus dados são sujeitos a decisões automatizadas e se há definição de perfis; se for o caso, qual a lógica subjacente, bem como a importância e as consequências que o tratamento de dados pode ter para si;
 - Se os seus dados pessoais são transferidos para países ou organizações internacionais fora do Espaço Económico Europeu, que garantias existem para que os dados pessoais continuem a usufruir de um nível de proteção adequado após a transferência internacional.

Direito de Retificação dos Dados:

- Tem o direito de obter a retificação dos seus dados pessoais quando estes estejam inexatos ou desatualizados;

Direito ao Apagamento dos Dados:

- Tem o direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais apenas nas seguintes circunstâncias:
 - Os dados já não são necessários para atingir o fim para o qual foram recolhidos e não há nenhuma norma legal que imponha a sua conservação por mais tempo;
 - Retirou o seu consentimento, no qual se baseava a legitimidade do tratamento;
 - Os dados pessoais estão a ser tratados ilicitamente, o que carece de justificação por parte do titular;
 - Quando se opôs ao tratamento de dados para fins de marketing, incluindo a definição de perfis que lhe possa estar associada;
 - Quando se opôs ao tratamento de dados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do RGPD, e não existem interesses legítimos prevalecentes do responsável;
 - Os dados têm de ser apagados por força de obrigação legal;
 - O consentimento para o tratamento dos dados foi prestado pelos seus representantes legais, ao abrigo do artigo 8.º do RGPD.
- Tem ainda o direito de obter junto dos motores de busca da Internet a desassociação de hiperligações da lista de resultados apresentada após uma pesquisa feita pelo seu nome (de-listing). Essas hiperligações têm de ser individualmente especificadas no pedido.
- Há situações em que o direito ao apagamento dos dados, tal como indicado, pode não se aplicar, designadamente, quando o tratamento de dados seja necessário ao exercício da liberdade de expressão e de informação ou por motivos de interesse público no domínio da saúde ou para efeitos de exercício de um direito num processo judicial.

Direito à Limitação do Tratamento:

- É o direito que lhe permite, durante um certo período de tempo, o tratamento de dados fique limitado na sua utilização, isto é, “congelado”, não podendo os dados nomeadamente ser comunicados a terceiros, transferidos internacionalmente, ou apagados.
- Tem o direito de obter a limitação do tratamento de dados nas seguintes situações:
 - Quando contestar a exatidão dos dados até o responsável pelo tratamento verificar a qualidade dos dados;
 - Quando se tiver oposto ao tratamento de dados até que estejam verificados que interesses legítimos prevalecem;
 - Quando os dados sejam requeridos pelo titular para efeitos de exercício de um direito num processo judicial, mesmo que já não necessários para o responsável pelo tratamento;
 - Quando os dados forem tratados ilicitamente e o titular não pretender que sejam apagados, mas antes limitados na sua utilização (até eventualmente acionar a ação judicial contra o responsável pelo tratamento).
- Tem o direito de ser informado pelo responsável pelo tratamento antes de ser anulada a limitação do tratamento que solicitou.
- Quando o tratamento estiver limitado, os dados só podem ser utilizados com o seu consentimento, para efeitos de exercício de direito num processo judicial ou defesa de direitos de pessoa singular ou coletiva ou por motivos ponderosos de interesse público.

Direito de Portabilidade dos Dados:

- Tem o direito a receber de um responsável pelo tratamento os seus dados pessoais, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de os transmitir a outro responsável, apenas se o

tratamento de dados em causa se basear no consentimento ou num contrato e for realizado por meios automatizados.

- Tem o direito a que os seus dados sejam transmitidos diretamente entre os responsáveis pelo tratamento, sempre que tal for tecnicamente possível;
- O direito à portabilidade dos dados abrange apenas os dados fornecidos por si.

Direito de Oposição:

- Tem o direito de se opor, a qualquer momento, ao tratamento dos seus dados pessoais, por motivos relacionados com a sua situação particular, sempre que esteja em causa:
 - um tratamento necessário ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública;
 - a prossecução dos interesses legítimos do responsável ou de terceiro;
 - uma reutilização dos dados para uma finalidade diferente daquela que motivou a sua recolha inicial, incluindo a definição de perfis.
- Nestes casos, o responsável cessa o tratamento, a menos que apresente razões imperiosas e legítimas que prevaleçam sobre os direitos e liberdades do titular, ou para efeitos de exercício de um direito num processo judicial.
- Tem o direito de se opor, a qualquer momento e sem justificação, ao tratamento dos seus dados para fins de marketing direto, incluindo a definição de perfis associada.

EXERCÍCIO DOS DIREITOS DO TITULAR DE DADOS

- O exercício dos direitos é gratuito salvo se os pedidos apresentados por um titular de dados forem manifestamente infundados ou excessivos, nomeadamente devido ao seu carácter repetitivo, em que o responsável pelo tratamento pode:
 - a) Exigir o pagamento de uma taxa razoável tendo em conta os custos administrativos do fornecimento das informações ou da comunicação, ou de tomada das medidas solicitadas; ou

- b) Recusar-se a dar seguimento ao pedido.
- Os direitos exercem-se junto do responsável pelo tratamento, através do canal específico que este indicar na sua política de privacidade ou informação equivalente, prestada ao abrigo dos artigos 13.º e 14.º do RGPD.
 - Deve identificar-se com rigor e poder comprovar a sua identidade quando exerce os seus direitos, mas não tem de fornecer mais dados pessoais do que aqueles que são tratados pelo responsável pelo tratamento, no âmbito de uma relação contratual, por exemplo.
 - Deve conservar prova de que apresentou um pedido de exercício dos seus direitos.
 - O responsável pelo tratamento facilita o exercício dos direitos;
 - As respostas ao titular devem ser facultadas de forma concisa, numa linguagem clara e simples.
 - O titular tem de obter uma resposta no prazo de um mês a contar da data em que o seu pedido é recebido.
 - Esse período pode ainda ser prorrogado por mais dois meses, em caso de necessidade. Se assim for, o responsável informa o titular dessa prorrogação, justificando a demora dentro do prazo inicial previsto.
 - Se o pedido do titular for feito por meios eletrónicos, a resposta deve ser dada, sempre que possível, por meios eletrónicos.
 - O exercício dos seus direitos não pode prejudicar os direitos e liberdades de terceiros.
 - O responsável pelo tratamento pode recusar-se a dar seguimento a um pedido quando este se revelar manifestamente infundado ou excessivo, designadamente devido ao seu carácter repetitivo. Nestas situações, também pode exigir o pagamento de uma taxa razoável para cobrir os custos administrativos inerentes.
 - **Situações especiais:**
 - **Crianças** – o exercício dos direitos em relação a dados pessoais de crianças é concretizado pelos respetivos representantes legais, sem prejuízo da possibilidade de os próprios poderem exercer diretamente, atendendo à sua idade e maturidade e às situações em que o tratamento de dados já se legitima

no consentimento da criança, tal como previsto no artigo 8.º do RGPD e no artigo 16.º da Lei 58/2019, de 8 de agosto.

➤ **Pessoas falecidas** – o exercício dos direitos em relação a dados pessoais de titulares falecidos, quando estiverem em causa dados sensíveis (n.º 1 do artigo 9.º do RGPD) ou dados que se reportem à intimidade da vida privada, à imagem ou a dados relativos a comunicações, são exercidos por quem tenha sido designado para o efeito pelo titular ou, na sua falta, pelos respetivos herdeiros. Ainda de acordo com o artigo 17.º da Lei 58/2019, de 8 de agosto, o titular pode deixar determinada a impossibilidade de terceiros exercerem direitos sobre os seus dados pessoais após a sua morte.

➤ **Corresponsabilidade** – o exercício dos direitos em relação a tratamentos de dados pessoais em que haja mais do que um responsável pelo tratamento pode ser concretizado junto de qualquer um dos responsáveis, independentemente do que estiver acordado entre os corresponsáveis.

- O titular dos dados poderá a todo o tempo, querendo, exercer os seus direitos através do e-mail onsc.dpo@gmail.com.
- Tem ainda o direito de apresentar reclamação junto da Autoridade de Controlo: Comissão Nacional de Proteção de Dados – CNPD - Av. D. Carlos I, 134 - 1.º 1200-651 Lisboa; Tel: 351 213928400, Fax: +351 213976832 e e-mail geral@cnpd.pt ou www.cnpd.pt .

ALTERAÇÃO DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A Obra de Nossa Senhora das Candeias reserva-se no direito de alterar, modificar, aditar ou retificar a presente Política de Privacidade a qualquer momento, sem necessidade de qualquer aviso prévio, sendo essas alterações publicitadas.